

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Outras regionalidades possíveis**  
**INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION: Other possible regionalities**

Marlize Rubin-Oliveira<sup>1</sup>  
Fábio Zambiasi<sup>2</sup>

**RESUMO:** O tema da internacionalização da Educação Superior (ES) cresceu nas últimas décadas e ocupa espaço significativo nas agendas das universidades e políticas públicas. O objetivo do artigo é problematizar a racionalidade moderna/colonial, com foco na categoria regionalidade, visando compreender a universidade e a internacionalização da ES como pilar do modelo universalizante de ciência. O caminho teórico-metodológico, a partir da decolonialidade, busca identificar e discutir movimentos e tensionamentos próprios da racionalidade moderna/colonial, que se impôs à universidade e constrói modelos de internacionalização. A partir de experiências de duas universidades - Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) e das *U.S. Tribal Colleges and Universities (TCUs)* - identificamos outras regionalidades que tensionam e constroem distintas e diversas possibilidades de universidade e internacionalização, a partir de outras realidades, sensibilidades e cosmovisões.

**Palavras-chave:** Universidade; Regionalização; Decolonialidade.

**ABSTRACT:** The issue of internationalization in Higher Education (HE) has become increasingly significant and is now a primary focus for universities and policymakers. This paper aims to examine the concept of modern/colonial rationality by exploring the issue of regionality. The goal is to comprehend the role of universities and the internationalization of higher education within the universalizing framework of scientific production. The theoretical-methodological approach, grounded in decoloniality, seeks to identify and discuss the movements and tensions inherent in modern/colonial rationality imposed on universities, resulting in internationalization models. Drawing from the experiences of two universities - Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) and the Tribal Colleges and Universities of the USA (TCUs) - we identify other regionalities that generate tension and present distinct and diverse possibilities for universities and internationalization, stemming from different realities, sensitivities, and worldviews.

**Keywords:** University; Regionalization; Decoloniality

## INTRODUÇÃO

A internacionalização da Educação Superior (ES) é um tema que passou a ocupar nas últimas duas décadas a agenda de organismos internacionais, de agências locais, da gestão

---

<sup>1</sup> Dra. em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. rubin@utfpr.edu.br

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. fabiozambiasi@hotmail.com.br. Bolsista CAPES.

de instituições de ES e de professores/pesquisadores/as. O desafio teórico-metodológico que nos colocamos neste artigo é refletir o tema a partir de pressupostos da decolonialidade. A decolonialidade como base epistêmica (Quijano, 2005) propõem uma crítica à modernidade, ao capitalismo e ao euro-norte-centrismo<sup>3</sup> que, a partir dos pilares da colonialidade do poder, saber e ser, sustentam a hegemonia do Norte global. Este desafio teórico-metodológico se justifica, para o objetivo do artigo, pois é possível perceber que o tema da internacionalização da ES tem sido tratado a partir de diferentes enfoques e objetos de investigação, resultando em diferentes conceitos; entretanto, ainda pouco problematizado a partir de bases epistêmicas e categorias que sustentam e fomentam políticas de ES. Mwangi *et al.* (2018) ao examinarem discursos criados por periódicos da área de ES, sobre o tema da internacionalização, sugerem aos pesquisadores irem além do uso da internacionalização como uma palavra da moda e comecem a usar definições explícitas a partir da complexidade e polissemia do tema. Outro estudo que nos instiga é de Stein (2019) que, a partir de uma análise do atual estado da arte dos estudos sobre internacionalização, trouxe ao debate outro ponto de reflexão. A autora afirma que esta é uma área com abordagens despolitizadas e conclui que, apesar do crescente interesse pelas abordagens críticas, existe o risco de que as críticas resultem mais do mesmo se não puderem atender complexidades, incertezas e cumplicidades envolvidas na transformação da internacionalização. A autora identifica na perspectiva decolonial uma possibilidade concreta de mudança em que a ênfase não está em alcançar nenhuma mudança específica em política ou prática, mas em uma forma de internacionalização que possa nos preparar para renunciar ao nosso senso de superioridade e separação, e afirmar nossa interdependência radical e responsabilidade mútua com a própria Terra. Para Stein (2019) essa perspectiva de mudança está apenas emergindo e, embora haja indubitavelmente exemplos, elas geralmente são atividades que acontecem nas 'rachaduras' de instituições ou programas existentes e, portanto, não são facilmente visíveis ou até mesmo reconhecidas.

Assim, na busca de desprendimento aos domínios modernos/coloniais, a decolonialidade fornece possibilidades epistêmicas, distintas e diversas que possibilitam

---

<sup>3</sup> Eurocentrismo (Quijano, 2005) é a ideologia, a matriz cultural do padrão de poder que se baseia na suposta superioridade da Europa. O eurocentrismo é, portanto, uma forma de dominação ideológica e epistemológica que legitima e reproduz a colonialidade do poder. Para Mignolo (2003) a alteração do termo “eurocentrismo” para “euro-norte-centrismo” reflete uma mudança na centralidade do poder global. Além da Europa, os países do Norte global, incluso Estados Unidos e Canadá, também exercem domínio e influência global.

deslocar nossas sensibilidades de mundo para além da razão e visões de mundo euro-norte-cêntricas, para assim pensarmos a partir de zonas fronteiriças (Mignolo, 2013). Ao adotarmos o pensamento decolonial fronteiriço, enquanto especificidade epistêmica, nos situamos nas margens das visões de mundo dominantes, não negando-as, mas tomando consciência de suas imposições, domínios e limitações, entre as quais que “o Terceiro Mundo não foi inventado pelas pessoas que habitam o Terceiro Mundo, mas por homens e instituições, línguas e categorias de pensamento do Primeiro Mundo” (Mignolo, 2013, p. 13). Assim, o pensamento decolonial fronteiriço nos ajuda a compreender que a colonização impôs um modelo de regionalização. Portanto, deslocar nossas sensibilidades para questionarmos e desprendermo-nos dos domínios modernos/coloniais, é a singularidade do pensamento decolonial fronteiriço.

Diante desse contexto, o objetivo aqui é problematizar a racionalidade moderna/colonial, com foco na categoria regionalidade, visando compreender a universidade<sup>4</sup> e conseqüentemente a internacionalização da ES como pilar do modelo universalizante de produção de ciência. Para tanto, o caminho teórico-metodológico percorrido busca identificar e discutir movimentos e tensionamentos próprios da racionalidade moderna/colonial, que se impôs à universidade e constrói, nesse processo, modelos de internacionalização. Por fim, a partir de experiências de duas universidades - a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), que surgiu no Fórum Social Mundial de 2003, e as redes das *U.S. Tribal Colleges and Universities* (TCUs) nos Estados Unidos - identificamos outras regionalidades que hoje tensionam e constroem distintas e diversas possibilidades de internacionalização da ES.

## **1. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Movimentos e tensionamentos universalizantes**

Desde o final do século XX, a universidade tem sido impactada por uma conjuntura de movimentos e tensionamentos que ocorrem a partir de relações geopolíticas. A globalização do capital, políticas neoliberais e a ascensão do capitalismo como modelo

---

<sup>4</sup> A universidade é compreendida como uma instituição milenar, já o termo Educação Superior é utilizado neste artigo pela força do campo de investigação.

praticamente único, após a queda do muro de Berlim, se constituem em movimentos que impulsionam a busca por um modelo de sociedade a partir das lógicas do capital e da preponderância de uma regionalidade euro-norte-cêntrica. Esses movimentos geraram implicações e reconfigurações políticas, econômicas, ambientais e sociais que impactam diretamente políticas e ações na/da universidade. Nesse contexto, se consolidou lógicas de avaliação quantitativa, *rankings*, indicadores de eficiência e eficácia atrelados a racionalidade capitalista e modelos empresarial. A gestão da universidade e os processos de internacionalização passaram a atender cada vez mais pautas de interesse voltados ao capital. Além disso, foi possível perceber movimentos de regionalização da Educação Superior (ES) - como Processo de Bolonha e o Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) - como formas de retomar "a Europa do conhecimento". A construção de uma Europa do conhecimento pautada na qualidade e na mobilidade, de algum modo se apresenta também não apenas como uma ideia europeia de ES, mas como um modelo para o mundo (Wielewicki; Rubin-Oliveira, 2010). Se trata, portanto, de uma conjuntura de movimentos e tensionamentos que impactam em políticas, programas e ações na/para área da ES a nível global. A universidade, em seu modelo de organização moderna/colonial, é uma organização que se estruturou a partir de tais pressupostos e legitima um modo de produzir conhecimentos baseado na ideia de ciência universal. Estruturada nesse modelo, o foco histórico da universidade, nas palavras de Sousa Santos (2021), tem sido produzir conhecimentos para o avanço desinteressado e livre da ciência, e para o desenvolvimento humano, moral, crítico e reflexivo. Entende-se que o avanço da ciência e das técnicas desvendaria todos os mistérios da natureza a favor do bem-estar da sociedade. Esses princípios e valores, singulares à universidade, resultam de sua autonomia institucional e administrativa que, quando comparadas as demais organizações, lhe tornam única e diferenciada.

No entanto, esse modelo de universidade não é neutro e nem universal, mas sim pilar fundamental da expansão colonial europeia e do seu modelo de regionalização e dominação do mundo, que se dá a partir do início da modernidade/colonialidade no século XV. Esse processo histórico e social de acordo com Quijano (2005) estabeleceu relações de poder e dominação entre a Europa e as demais regiões chamadas de periféricas, baseando-se no mito do eurocentrismo que designava os valores e a cultura europeia como o centro da história

mundial e, então, como a civilização mais elevada em termos de desenvolvimento racional, civilizatório e humano. Desse processo histórico e social, se universalizou uma visão de mundo eurocêntrica que, baseada nos valores culturais, sociais e simbólicos da regionalidade europeia, foram a base dos modelos de progresso da humanidade, de universidade e da estrutura global de produção do conhecimento, de modo a privilegiar epistemes, saberes e sujeitos de origem “geopolítica” e “corpo-política ocidental” (Grosfoguel, 2022, p. 03). Logo, coube à universidade o papel e a responsabilidade das dimensões cognitivas e racionais necessárias para firmar o projeto de modernidade/colonialidade, utilizando-se, para isso, da consolidação de um modelo de ciência regional (eurocêntrica) que, com suas metodologias extrativistas, dualistas, fragmentadas, reducionistas, epistemicamente racista e sexista, é colocada como universal (Zambiasi; Rubin-Oliveira, 2022).

A partir desse contexto, é possível perceber como o conceito de região está intimamente ligado à construção histórica e epistêmica da modernidade/colonialidade. Nessa lógica, podemos destacar que o conceito de região não se refere unicamente a um território geográfico em si, mas uma construção cultural, histórica e epistêmica que reflete relações de poder e as diferenças entre distintos lugares geopolíticos. Essas relações históricas, sociais e de poder estabelecidas em um dado contexto regional vão delineando significações, identidades, representações regionais, construções simbólicas e de vivências concretas do ser na região e, assim, expressando uma regionalidade. Por sua vez, as distintas regionalidades formadas, com suas construções históricas, culturais e epistêmicas, podem implicar em certas imposições de uma sobre a outra, especialmente quando os valores simbólicos e culturais de uma se colocam como superior a outra. Este foi o caso da expansão da regionalidade europeia que se utilizou da colonização das outras regiões do mundo, por meio de relações de poder (Quijano, 2005) e dominação sustentadas na ideia da raça, como forma de impor sua cultura, valores, política, economia e episteme aos outros povos, lugares e regiões colonizadas (Mignolo, 2013).

De todo modo, as relações histórico-sociais estabelecidas desde as Américas visavam universalizar o projeto de um mundo centrado e controlado pela Europa e que estendia seus padrões de controle do poder, saber e ser sobre as demais regiões do mundo. Para isso, o estabelecimento das Américas como o primeiro espaço/tempo (Quijano, 2005) deste



sistema-mundo foi determinante à imposição das relações de controle centro-periferia, da exploração do trabalho e da natureza centrados em função do capitalismo e da Europa, da imposição da noção de progresso da humanidade, da formação dos Estados-nação e, mais recentemente, da universalização dos modelos de desenvolvimento de cunho extrativista, tanto da natureza quanto do trabalho humano (Escobar, 2014). Esses elementos, que representam atualmente formas de controle do Norte global sobre o Sul global<sup>5</sup>, se impuseram associados aos domínios das visões eurocêntricas que, com a colaboração da universidade moderna/colonial, naturalizaram a ideia de que existiria, por um lado, um 'centro' desenvolvido, moderno e racional, por outro lado, as 'periferias' pré-modernas, atrasadas e marcadas pela irracionalidade. Isso, por sua vez, deu suporte às demandas cognitivas e racionais necessárias à expansão universal do projeto provinciano e regional de modernidade associada ao seu lado oculto conhecida como colonialidade (Mignolo, 2013).

Como consequência desse movimento histórico, a chamada globalização emerge no final do século XX, representando a expressão máxima de universalização da modernidade e dos seus padrões da colonialidade, mas, agora, associados a uma visão dominante de matriz euro-norte-cêntrica (Quijano, 2005). Segundo Escobar (2020), o movimento de globalização se expressa como a maior investida do projeto moderno/colonial de tentar universalizar a consolidação da existência de apenas 'um mundo' chamado 'global' de cunho capitalista, neoliberal, individualista e que segue ordenamentos do euro-norte-centrismo. Assim, um projeto globalizador que busca converter os muitos mundos existentes (o pluriverso) em apenas um só, ou seja, no sistema-mundo moderno/colonial controlado pelos países do Norte global. Trata-se, segundo Santos (2001), de um novo projeto global que se propõe a uniformizar relações sociais, comerciais, de produção e economia das ditas periferias baseadas nos padrões e imperativos de um centro global dominante.

Nesse cenário, dá-se início aos processos de integração e uniformização dos mercados globais, acompanhados pelo impulso de políticas neoliberais e do capitalismo, após a queda do muro de Berlim, o que resulta em novas relações internacionais, cada vez mais baseadas nas lógicas do capital, assim, enfraquecendo o papel e autonomia dos Estados-nação

---

<sup>5</sup> No início da modernidade/colonialidade, entendia-se as relações de domínio como do “centro” (Europa/ocidente) sobre as “periferias” (não ocidente). Atualmente, essa expressão mudou para relações de domínio do “Norte global” sobre o “Sul global”, pois essa mudança reflete as dinâmicas mais amplas de poder, domínio e exploração exercidas atualmente e que não decorrem apenas da geografia, mas, também, das relações culturais, políticas e econômicas globais (Mignolo, 2003).

(Santos, 2001) e ampliando o poder de controle social, econômico e político nas mãos das grandes organizações transnacionais. Nesse contexto, o mercado e as trocas comerciais se colocam como motores das relações sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que ampliam às organizações empresariais a possibilidade de influenciar e regular os mais diversos âmbitos econômicos, políticos e sociais. Essa condição, subjacente a “globalização como perversidade” (Santos, 2001, p. 18), implica em uma dimensão de desterritorialização do poder do Estado, pois impacta na autonomia e no poder político de tomada de decisão quanto aos interesses nacionais, principalmente na sua capacidade soberana de controle do próprio território. Tal condição demonstra, também, o desequilíbrio excessivo entre os pilares de emancipação e regulação definidos por Sousa Santos (2019), especialmente da ascensão do princípio do mercado regulador, nos mais diversos âmbitos sociais, econômicos e políticos em detrimento dos princípios de regulação do Estado e da comunidade.

Em meio a esse movimentos, são construídos novos nichos de mercado para atender as possibilidades de expansão do capital global e a obtenção de lucratividade no contexto do livre mercado global. Essas buscas ocorrem em meio a ascensão da chamada era da sociedade da informação, o que contribui para que a produção e internacionalização do conhecimento comece a ser vista a partir de novas dimensões, ou seja, comece a ser observada como um possível produto e serviço com alto valor agregado. Tal conjuntura delineia a emergência de uma economia baseada no conhecimento que ganha apoio de organizações, com força política, que detém influências nas regulações do mercado e da economia mundial, principalmente poder de coerção e controle dos territórios dos países periféricos. Entre essas organizações, está o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), esta última, inclusive, regulamentou o conhecimento como um serviço dentro do mercado mundial em 1995 (Morosini; Dalla Corte, 2021). Portanto, na tendência de ascensão do mercado regulador (Sousa Santos, 2019), a produção e internacionalização do conhecimento se transformam em sinônimos de lucratividade, competitividade e de ganhos de poder geopolítico.

A universidade é uma das instituições mais impactadas por esses movimentos. As pressões exercidas pelas dinâmicas de integração global dos mercados, pelas políticas neoliberais e pela ressignificação do conhecimento, como um produto com alto valor agregado, têm pressionado a universidade de modo a produzir conhecimentos técnicos e

utilitaristas. Desse modo, a universidade se torna cada vez mais cooptada por pautas de interesse do chamado mercado e influenciada pelos modelos de gestão baseados no “gerencialismo empresarial” (Alcadipani, 2011, p. 345), que lhe impõe a necessidade de gerar eficiência e eficácia, de competir em processos de avaliação baseados em *rankings* e responder a um Estado avaliador, influenciado pela racionalidade capitalista. Esse contexto, impõem às universidades a necessidade de competir entre si, para gerar valor de mercado (Torres; Schugurensky, 2002), dessa forma reproduzem relações de poder, entre outros motivos, pela necessidade de garantir financiamentos à pesquisa (Tauchen; Briceño; Borges, 2023) que sistematicamente é impactada por cortes e escassez de recursos. Portanto, a universidade se converte no que Castro-Gómez (2007) coloca como uma organização corporativa, empresarial e capitalista, na qual a busca pelo avanço moral e crítico da humanidade cede espaço a geração de lucros e competitividade através da oferta de produtos e serviços educacionais.

Conforme as lógicas do capital impactam na autonomia e nos papéis da universidade, atingem e reconfiguram também, a sua dimensão específica de internacionalização. As universidades, enquanto organizações históricas, sempre promoveram dinâmicas de internacionalização do conhecimento, entretanto, no contexto de “globalização perversa” (Santos, 2001, p. 24), passam a fazê-las em um sentido de transnacionalização mercantil que, fazendo referência a termos de ordem econômica e comercial espriados mundialmente, transforma o conhecimento em um produto de alto valor agregado dentro das áreas de comércio internacional (Morosini; Dalla Corte, 2021). Nesse momento histórico, a dimensão específica de internacionalização da ES se torna cada vez mais cooptada e ressignificada a atender as demandas do capital financeiro, acordos econômicos e interesses geopolíticos que reforçam pressupostos de uma racionalidade capitalista e de uma ciência como força produtiva do capital. Significa dizer, conforme colocam Tauchen, Briceño e Borges (2023), que a internacionalização se torna um agente da globalização e do capitalismo acadêmico, influenciada por organismos multilaterais e pelo Norte global que detém maior prestígio e recursos.

Nesse movimento, processos de regionalização na área da ES emergem, envolvendo integrações nos sistemas de ES de países e instituições que compartilham características geográficas, políticas e econômicas. Entre os processos de regionalização da ES, Wielewicki



e Rubin-Oliveira (2010) e Azevedo (2014) pontuam a experiência de formação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) como a mais representativa e referenciada mundialmente. A formação do EEES ocorreu como efeito das políticas do chamado Processo de Bolonha e envolveu esforços e iniciativas de diversos países do bloco da União Europeia buscando unificar a estrutura da ES e das universidades europeias. O foco era integrar e fortalecer os sistemas de ES do bloco regional com o intuito de restituir uma Europa da ciência e do conhecimento, mas, também, melhorar a capacidade da Europa em responder aos desafios de uma sociedade cada vez mais globalizada. Buscava-se ampliar a competitividade e poder geopolítico da Europa em termos da inserção internacional, dado que, no final do século XX, a Europa entrou em declínio em relação aos Estados Unidos quanto a produção global de bens e serviços. Integrar e fortalecer a ES regional era uma possibilidade para a Europa retomar sua hegemonia no mercado de serviços global (Wielewicki; Rubin-Oliveira, 2010; Azevedo, 2014). Logo, o que se buscava era reforçar relações de poder e o domínio global da regionalidade europeia.

Na base da experiência de regionalização da ES europeia, havia estratégias e políticas planejadas a nível supranacional com fins de articular e reorganizar os sistemas de ES nacional, regional e local. De todo modo, o movimento de integração foi resultado de agendas mais amplas de discussão, que já compreendiam, naquele momento o papel da ES e das universidades, como eixo central no contexto da globalização do capital. Entre as agendas de discussão, destaca-se as reuniões e encontros entre líderes europeus na área da ES que deram origem a *Magna Charta Universitatum* de 1988 e a Declaração de Sorbonne em 1998.

Há de se considerar, então, que os movimentos que emergem no final do século XX intensificam ainda mais a dimensão da ES como produto e serviço dentro do comércio internacional, assim como, colocam à universidade de maneira geral e à internacionalização em específico, a função de fortalecer pressupostos de dominação a partir dos imperativos do Norte global e como eixo central definido pelo capital financeiro. Lhes coloca, portanto, na esteira da universalização de perspectivas de uma regionalidade dominante, de matriz euro-norte-cêntrica, que amplifica relações de domínio centro-periferia. Isso implica, sobretudo, na capacidade da universidade de responder demandas, desafios e problemas globais, como mudanças climáticas, conflitos armados, crises civilizatórias e ambientais, entre outros. As

complexidades envolvidas nessas questões, reforça o modelo de ciência e metodologias extrativistas. Entretanto, esse não pode ser mais o caminho, especialmente se o horizonte for a preservação da vida na Terra, ES inclusiva, ciência solidária e comprometida com o mundo pluriverso. Outros movimentos têm impactado e colocam em causa a própria articulação pelo fechamento de fronteiras políticas e educacionais. No Norte global, o Brexit - a saída do Reino Unido da União Europeia iniciado em 2016 e finalizado em 2020 - foi um dos movimentos que colocou na pauta a continuidade das relações comerciais, econômicas e migratórias entre o Reino Unido e a Europa, mas, sobretudo, a reorganização e/ou descontinuidade de políticas regionais e redes de colaboração na área da ES estabelecidas entre universidades inglesas e europeias, desde o Processo de Bolonha. A saída do Reino Unido da União Europeia trouxe também, um movimento que tensiona e vai na contramão da tentativa de unificação intensificada pelos movimentos de globalização desde a queda do muro de Berlim, amplia tensões e desarticulações geopolíticas, assim como demonstra a própria instabilidade da ES em manter mobilidade acadêmica e diálogos entre diferentes lugares; diálogos os quais, em meio a hostilidades e extremismos geopolítico, tendem cada vez mais a se fechar.

Por fim, esses movimentos são também tensionados, desafiados e resistidos por outros. Alguns deles tiveram origem, a partir dos anos 1970, principalmente nas epistemologias feministas étnico-raciais. Movimentos sociais, políticos e intelectuais indígenas, camponeses, feministas, ambientalistas se fortalecem e se propõem a construir e ressignificar conceitos dominantes de visões de mundo euro-norte-cêntricas a partir de perspectivas de outras regionalidades. As perspectivas e abordagens teórico-metodológicas da decolonialidade e as epistemologias do Sul, têm se colocado questionando ideias e conceitos universalizantes na busca por outros modos de pensar e fazer ciências a partir de outras cosmovisões. Diante dos objetivos deste artigo, a decolonialidade nos ajuda a compreender que, frente as contradições do contexto global, marcado por crises, incertezas e riscos de colapsos sociais e ambientais, é preciso questionar o modelo de universidade e internacionalização que reforça visões de mundo euro-norte-cêntricas, cientificistas e capitalistas-extrativistas. Na busca de proposições, a decolonialidade nos instiga a repensar posturas adotadas e papéis assumidos pela universidade e a internacionalização da ES,

diante da complexidade do momento histórico presente. Sobre essas questões é o que nos dedicamos na seção a seguir.

## **2. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Das visões euro-norte-cêntricas às perspectivas de outras regionalidades**

Os estudos decoloniais emergiram em diversos lugares do mundo como crítica, resistência e proposições a partir de movimentos pós-coloniais. Na América Latina os estudos se fortaleceram inspirados, principalmente, no grupo asiático de estudos subalternos e, ganhou destaque nas duas últimas décadas, a partir das contribuições da teoria crítica latino-americana, tais como: a teoria da dependência, a filosofia da libertação, a teologia da libertação e a pedagogia do oprimido. Para Mignolo (2013) a decolonialidade não consiste num novo universal, que se apresenta como verdadeiro, superando todos os anteriormente existentes; é uma outra opção. Apresentando-se como uma perspectiva, a decolonialidade abre uma nova forma de pensar, que se desvincula das cronologias estabelecidas pelas novas epistemes ou paradigmas (ciência moderna, pós-moderna, altermoderna, newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade, etc.), para se vincular principalmente, à cosmologias ancestrais não dicotômicas.

Intelectuais do Sul global e movimentos sociais têm sido singulares em propor questionamentos e desprendimentos de visões de mundo euro-norte-cêntricas que, universalizadas a partir de uma regionalidade dominante, ordenam modos de pensar, produzir e internacionalizar conhecimentos na universidade. A decolonialidade propõe uma crítica à modernidade, ao capitalismo e ao euro-norte-centrismo que, sendo estes os pilares da colonialidade do poder, saber e ser, sustentam a hegemonia do Norte global (Quijano, 2005), dentre outras dimensões, da estrutura global de conhecimentos (Grosfoguel, 2022; Zambiasi; Rubin-Oliveira, 2022), dos modelos universais de desenvolvimento, produção, economia e organização social (Escobar, 2014). Da crítica, propõe-se o desprendimento de domínios modernos/coloniais, reforçando o valor das epistemologias do Sul e do pensamento de fronteiras<sup>6</sup>, é necessário à universidade reposicionar seus modos de produzir

---

<sup>6</sup> A epistemologia fronteira se baseia nas experiências e sensibilidades de sujeitos que habitam fronteiras, entendidas não apenas como limites geográficos, mas, também, lugares de encontro, diálogo e tensionamento

e internacionalizar conhecimentos a partir da pluriversidade de epistemes que emergem de perspectivas de outras regionalidades, as quais se constroem a partir de distintos e diversos saberes, experiências, práticas de pensar, estar e compreender a realidade.

Diante de tais pressupostos, compreendemos que o contexto global atual, marcado por inúmeras contradições, crises humanitárias, conflitos armados, instabilidade política, violação de direitos humanos e da natureza, incertezas e riscos, evidenciam cada vez mais o esgotamento e a crise do paradigma da modernidade/colonialidade, do seu modelo de ciência única, desenvolvimento extrativista, produção, economia e existência social, firmados nas visões de mundo euro-norte-cêntricas. Se trata de crises e contradições que demonstram a incapacidade da ideia de ciência única (Sousa Santos, 2019) em responder as suas próprias (in)consequências. Tais crises e contradições são produzidas e sentidas também na universidade, pois, além de reproduzir um modelo de ciência em crise, se depara com pressões sociais que questionam seu caráter elitista, sua estrutura epistêmica racista, sexista e patriarcal, e sua subordinação ao capital (Sousa Santos, 2019; 2021). São estas algumas das principais questões que indicam que - manter um modelo de universidade alicerçado em uma perspectiva de mundo dominante, em seu modelo de ciência única e de desenvolvimento social insustentável - já não é mais uma opção, bem como que nos fazem repensar como a internacionalização como afirma Stein (2019) realmente pode contribuir com o pensamento crítico e soluções às crises e desafios globais.

No entanto, desprender-se das visões de mundo euro-norte-cêntricas e dos seus domínios modernos/coloniais é uma questão complexa, que envolve aspectos culturais, políticos, econômicos e epistemológicos. A universidade é uma organização moderna/colonial, um pilar da expansão colonial europeia e do seu modelo de regionalização às demais regiões do mundo. De fato, é uma organização que se estrutura historicamente (Grosfoguel, 2022) para exercer o papel de legitimar o euro-norte-centrismo e legitimar em seu interior, uma estrutura epistêmica, por um lado, para privilegiar sujeitos do Norte global e, por outro, para reforçar projetos moderno/colonial raciais, sexistas,

---

entre diferentes culturas, saberes, identidades e línguas, como forma de reconhecer a pluriversidade de conhecimentos enraizados em sujeitos (corpo-políticos) e lugares (geopolíticos) locais marcados pela opressão e diferença moderna/colonial (Mignolo, 2013). Portanto, a epistemologia e o pensamento fronteiroço desafiam e questionam a neutralidade, objetividade e universalidade da razão e ciência dominante, assim é "*un pensamiento que hace visible la geo-política y corpo-política de todo pensamiento que la teología cristiana y la egología (e.g. Cartesianismo) oculta*" (Mignolo, 2013, p. 11).

patriarcais etc. Do mesmo modo, a internacionalização se encontra imersa epistemologicamente nessa mesma lógica moderna/colonial, atuando sob os alicerces das visões euro-norte-cêntricas e reproduzindo relações de desigualdade histórica nas relações Norte e Sul (Rubin-Oliveira; Costa, 2022). Portanto, não há uma forma específica para desprendê-las de tais visões de mundo, mas algumas possibilidades de reflexões e ações podem ser propostas, entre as quais, a necessidade de desprendimento à estrutura epistêmica, às posturas adotadas e aos papéis exercidos pela universidade. No contexto específico aqui em tela, da internacionalização da ES, o caminho deve ser ressignificar e construir experiências de internacionalização de modo mais plural, crítico, emancipatório, solidário e inclusivo.

Nessa linha de reflexão, o desprendimento pode ocorrer a partir de dois eixos centrais, através da decolonização (Castro-Gómez, 2007) por um lado, e da desmercantilização (Sousa Santos, 2019) por outro, da universidade e da internacionalização da ES. A decolonização como um processo de desprendimento das relações de poder, conhecimento e cultura impostos pelo euro-norte-centrismo, de seus modelos organizacionais, métodos de ensino, currículos, matrizes epistêmicas e ciência que instauram à universidade e internacionalização um modo de estar no mundo a partir das perspectivas do Norte e da reprodução do racismo, sexismo e patriarcalismo epistêmico (Grosfoguel, 2022; Zambiasi; Rubin-Oliveira, 2022). A desmercantilização como um processo de desprendimento das lógicas do capital que limitam a universidade, e consequentemente a internacionalização, reproduzirem pautas de interesses do chamado mercado (Sousa Santos, 2019). O propósito, portanto, da decolonização e desmercantilização é desprender-se das amarras da colonialidade e do capitalismo que se encontram imbricados na universidade, permitindo assim, desprender-se das duas imbricações principais que a mantém subordinadas as visões euro-norte-cêntricas. Isso significa, desprender-se dos alicerces que limitam a autonomia, as funções sociais e as capacidades de “outras sensibilidades de mundo<sup>7</sup>”. Assim, dialogar e valer-se de experiências e perspectivas de outras regionalidades no enfrentamento das problemáticas atuais.

---

<sup>7</sup> A expressão sensibilidade de mundo é trazida por Mignolo (2013). Para o autor as sensibilidades ampliam nossas possibilidades de sentir a partir de múltiplos campos sensoriais.



O primeiro eixo trata de decolonizar a universidade, através de um exercício constante de “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2013, p. 15), reconhecendo que há uma pluriversidade epistêmica no mundo, que reflete distintos saberes, experiências, práticas, culturas, modos de pensar, estar e compreender a realidade. Historicamente, a universidade se constituiu assente na universalidade da ciência única, que prometeu desvendar os mistérios da natureza e colocá-la a serviço da sociedade. Ao privilegiar a ciência única, baseada na episteme geopolítica e corpo-política ocidental, marginalizou e deslegitimou as demais epistemes e saberes, especialmente aqueles advindos de sujeitos e lugares do Sul global (Zambiasi; Rubin-Oliveira, 2022). Todavia, a promessa da ciência e de suas técnicas são cumpridas de modo perverso (Santos, 2001), através da destruição da própria natureza, das (in)consequentes crises ecológicas e sociais globais (Sousa Santos, 2019). Para transcender essas (in)consequências, a universidade precisa sair da universalidade e abrir-se à pluriversidade, reconhecer e reposicionar suas estruturas epistêmicas a partir do valor de distintos saberes, cosmologias, culturas, experiências e práticas interculturais (Castro-Gómez, 2007). Essas outras formas, pluriversas, distintas e diversas, deverão contribuir para superar dualismos e fragmentações da ciência; reforçar a relevância entre ciências e diálogos de saberes; potencializar outras respostas às mudanças climáticas e crises sociais.

O desafio de decolonizar a universidade passa, também, por questionar e ressignificar formas de internacionalização de conhecimentos, rompendo com hierarquias e domínios epistêmicos que marcam a história de relações geopolíticas e interculturais (Rubin-Oliveira; Costa, 2022). A internacionalização pode ser uma oportunidade de criar pontes de encontro, conexão e trocas com 'um outro', um 'outro' que possui distintas práticas interculturais (Castro-Gómez, 2007), sensibilidades multi/trans/inter/pluridisciplinares. Essas pontes de encontro e diálogos podem ser entre o Sul e Norte, ou entre o Sul e o Sul, reconhecendo, valorizando e reposicionando a pluralidade de saberes que emergem de perspectivas de distintas regionalidades. E a internacionalização da ES, nesse processo pode promover relações de cooperação, solidariedade e de diálogo intercultural.

O segundo eixo propõe desmercantilizar a universidade, questionando lógicas do capital que empurram a universidade aos interesses do mercado, e que tem sido intensificada principalmente a partir de movimentos do final do século XX. Essas lógicas direcionam a gestão da universidade a atender demandas de uma economia cada vez mais

baseada no conhecimento. Castro-Gómez (2007) afirma que a universidade se transforma em uma organização puramente corporativa, empresarial e capitalista. Além disso, ao se transformar em uma corporação capitalista, voltada às lógicas da competitividade, torna-se cada vez mais insustentável economicamente colocar na agenda da universidade as demandas sociais, ambientais e culturais. Desmercantilizar a universidade significa, então, reconhecer a ES como um direito humano e bem público, que deve ser garantida pelo Estado com um caráter gratuito e democrático. Isso permite que a universidade (Sousa Santos, 2019) produza e difunda conhecimentos emancipatórios, críticos e comprometidos com as demandas sociais, ambientais e culturais, estimulando cooperações solidárias e não extrativistas.

Do mesmo modo, a desmercantilização da internacionalização implica em questionar a racionalidade capitalista que lhe orienta demandas do mercado global, transformando a ciência e fomentando ações de mobilidade como produto de mercado (Rubin-Oliveira; Costa, 2022). Uma alternativa, para isso, é buscar uma “internacionalização do tipo solidária” (Del Valle; Perrotta, 2023, p. 52) a partir do mundo como possibilidade (Santos, 2001). Segundo Del Valle e Perrotta (2023), a internacionalização do tipo solidária se baseia em relações cooperativas, orientadas ao relacionamento horizontal e baseada em diálogos mútuos, na qual retoma a ideia de ES como bem público, orientada a resolução de problemas sociais, a repensar o desenvolvimento a partir dos contextos locais e periféricos, a considerar e articular a pluriversidade de sujeitos, epistemes e saberes no âmbito da ES. Além de propor outras cooperações (Torres; Schugurensky, 2002) entre universidade, sociedade e Estado, este último, especialmente em seu papel avaliador, propositor de políticas e financiamentos à área da ES. A internacionalização solidária também busca resgatar traços voltados ao diálogo e compartilhamento de ideias, conhecimentos, culturas e experiências entre diferentes sujeitos, instituições e lugares geopolíticos.

Há de se considerar, então, que decolonizar e desmercantilizar a universidade e a internacionalização, enquanto propostas de desprendimento, são processos necessários e oportunos para tensionar e desprender-se das raízes modernas/coloniais, de seus papéis de legitimadoras e reprodutoras de visões euro-norte-cêntricas. É fundamental à universidade e à internacionalização reconhecerem que, ao longo da história, reproduziram e reproduzem relações de poder, saber e ser, privilegiando epistemes, conhecimentos e cultura dos sujeitos

de uma regionalidade dominante, e conseqüentemente marginalizando e invisibilizando as demais. Nesse processo, se colocam na esteira da globalização perversa sob domínio do Norte global. A partir dessa tomada de consciência, é preciso reconhecer e se abrir à pluriversidade de perspectivas que emergem de distintas regionalidades, adotando um compromisso com a construção de uma universidade que se propõem a gerar respostas às desigualdades, contradições e crises que marcam o cenário global, comprometida com demandas sociais, culturais e ambientais e com a emancipação e solidariedade de todos.

Nessa direção, identificamos na Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS)<sup>8</sup>, que surgiu no Fórum Social Mundial de 2003 (Sousa Santos, 2019), práticas que reforçam a relevância entre ciência e diálogo de saberes, dado que promove articulações entre saberes de movimentos sociais e acadêmicos. A UPMS busca diferenciar-se, da universidade moderna/colonial, a começar pelo fato de não ter uma estrutura física, em um único lugar. A proposta é atuar em distintos lugares, em um sentido itinerante, organizando oficinas de diálogo entre movimentos e organizações sociais de diferentes regiões e países, visando integrar ativistas, líderes, intelectuais e pesquisadores/as acadêmicos desses lugares. A UPMS busca desprender-se de modelos de universidade e internacionalização, universalizados por uma regionalidade dominante e, se constitui a partir de pluriversidades epistêmicas, da ecologia de saberes e da justiça global entre saberes, sujeitos e lugares, se propondo a ser um lugar de diálogo intercultural e interdisciplinar entre sujeitos advindos de distintas regionalidades, com fins de fortalecer as lutas e emancipações sociais, assim como em estimular projetos plurais que intervêm e respondam criticamente aos domínios das relações de poder, saber e ser.

A UPMS se desprende da racionalidade que subordina a ES a atender interesses de cunho mercadológicos e de poder geopolítico (Sousa Santos, 2019). Logo, pode ser identificada como uma experiência que corrobora para decolonizar e desmercantilizar a universidade e a internacionalização, considerando complexidades, possibilidades, limites e desafios envolvidos nesse processo. Nesse sentido é que identificamos na UPMS uma proposta de desprendimento, pois, busca construir uma perspectiva de universidade e internacionalização a partir de outras regionalidades. Os sujeitos ali envolvidos se propõem a pensar e compreender a realidade, produzir e difundir conhecimentos emancipatórios,

---

<sup>8</sup> Para saber mais <https://ces.uc.pt/pt/formacao-extensao/upms>

críticos e comprometidos com demandas, desafios e problemas da sociedade, assim como, estimular relações de cooperação solidária, entre sujeitos que advém de distintos lugares, com saberes, experiências e práticas específicas. Entretanto, por se posicionar como uma proposta alternativa às perspectivas dominantes de universidade e internacionalização, a UPMS também é tensionada e pressionada pelas lógicas modernas/coloniais. Sobretudo, pode ser compreendida como uma outra experiência e/ou possibilidade de ES que se mantém nas fronteiras do mundo euro-norte-cêntrico, imposto globalmente a partir de uma regionalidade dominante.

Outra experiência, importante para os objetivos deste artigo, são as redes das *U.S. Tribal Colleges and Universities* (TCUs)<sup>9</sup> nos Estados Unidos, embora localizadas em uma regionalidade dominante, identificamos desprendimentos. São organizações que envolvem grupos indígenas norte-americanos marcados pelas lógicas modernas/coloniais de dominação e opressão, nesse contexto se organizam e articulam a partir do respeito e valorização da singularidade de seus aspectos epistêmicos e interculturais. Segundo Huaman, Chiu e Billy (2019) o foco das TCUs é articular saberes, experiências e práticas indígenas assentes nos princípios da decolonialidade do saber e nas sensibilidades de mundo advindas de diferentes grupos indígenas de países como EUA, Canadá, México, Austrália e Nova Zelândia. Tais saberes, advindos de diferentes grupos, se articulam e buscam enfrentar problemas sociais, políticos e ecológicos; assim como, se propõem a lutar para corrigir limites da propagação dos próprios movimentos dominantes, como a globalização, o neoliberalismo e o capitalismo hegemônico, aliados aos seus padrões de domínio e opressão. Essa experiência pode ser identificada como uma perspectiva de ES que envolve práticas de internacionalização baseadas na cooperação solidária, com trocas e aprendizagens mútuas entre saberes dos distintos grupos indígenas que reexistem preservando suas regionalidades e seus direitos de manter-se como um mundo pluriverso, com seus modos próprios de desenvolvimento, economia, produção e cosmovisões.

Essas duas experiências - a UPMS e as TCUs - nos ajudam a compreender a relevância de perspectivas que advém de outras regionalidades, pois trazem evidências contidas nas propostas, de que existem outras possibilidades, pluriversas e distintas de universidades, de internacionalizações e consequentemente de ciências que se propõem a pensar e

---

<sup>9</sup> Para saber mais <https://www.aihec.org/>

compreender a realidade, produzir e internacionalizar conhecimentos a partir de outras perspectivas e de outros lugares, com sujeitos em zonas de fronteira. São experiências que consideram o valor dos saberes locais, tradicionais, populares e comunitários que emergem a partir de distintas epistemes e cosmologias como possibilidades de enfrentar crises ambientais, desigualdades econômicas e sociais globais, que lutam pela defesa dos direitos da natureza e dos territórios dos povos tradicionais, bem como, pela busca de alternativas à globalização, à modernidade e seus padrões da colonialidade, ou seja, que lutam por um projeto utópico possível. Buscam promover o diálogo intercultural e interdisciplinar entre distintas regionalidades, na busca de valorizar distinções e possibilidades de estabelecer diálogos pluriversos. Significa, portanto, experiências e possibilidades que podem nos inspirar a repensar modelos dominantes de universidade e internacionalização da ES, avançando da universalidade à pluriversidade.

Por fim, é preciso reconhecer que existem outras regionalidades que se constituem como lugares epistêmicos e compostos por experiências pluriversas que, ao se constituírem nas fronteiras epistemológicas, desafiam e tensionam a regionalidade dominante. Segundo Mignolo (2003), a região é um lugar de reexistência, de construção de outras possibilidades frente às lógicas do sistema-mundo moderno/colonial, de articulação entre o local e o global, entre o singular e o plural, e de diálogo intercultural, de cooperação solidária e emancipatória, onde se constroem saberes a partir da pluriversidade de epistemologias e cosmovisões de distintos sujeitos. São nas regiões, como as latino-americanas, que Escobar (2020) aponta haver muitos movimentos étnico-territoriais singulares, que podem propor estratégias às crises sociais e ambientais cada vez mais evidente, com saberes de origem indígena que apresentam experiências, práticas sociais e culturais mantidas no resgate de relações de coexistência entre sociedade e natureza. Nesse sentido, é fundamental reconhecer os diferentes aspectos interculturais e perspectivas que advêm das distintas regiões e, conseqüentemente, de suas regionalidades que se formam. As experiências locais são singulares em tensionar a consolidação dos movimentos dominantes de 'globalização perversa' (Santos, 2001) assim como, em fornecer outras formas de pensar e enfrentar desafios e problemas globais. Para tanto, cabe a universidade, nos seus processos de internacionalização, repensar posturas adotadas e construir possibilidades a partir de outras regionalidades historicamente construídas e marginalizadas pelo modelo universalizante.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto com o artigo foi problematizar a racionalidade moderna/colonial, com foco na categoria regionalidade, visando compreender a universidade e a internacionalização da ES como pilar do modelo universalizante de produção de ciência. O caminho traçado discutiu movimentos e tensionamentos próprios da racionalidade moderna/colonial que se impôs à universidade e conseqüentemente a internacionalização da ES. Além disso, buscamos identificar outras regionalidades que hoje tensionam e constroem distintas e diversas possibilidades de internacionalização de ES a partir de experiências com perspectivas pluriversas. A decolonialidade nos possibilitou compreender que desprendimentos, no que se refere a universidade e, conseqüentemente, a internacionalização, podem ocorrer a partir de dois eixos centrais: descolonização e desmercantilização. A descolonização passa necessariamente por reconhecer a pluriversidade epistêmica do mundo e, dessa forma, produzir conhecimento a partir desses pressupostos. O segundo eixo, a desmercantilização, é o pressuposto que nos leva a questionar lógicas do capital, que colocam à universidade interesses do mercado, como, qualidade baseada em *rankings*, indicadores de eficiência e eficácia. Descolonizar e desmercantilizar a universidade e a internacionalização, enquanto propostas de desprendimento, é reconhecer que, ao produzir e reproduzir relações universalizantes, privilegiando epistemes, conhecimentos e cultura de sujeitos e regionalidades dominantes, conseqüentemente marginalizamos e invisibilizamos outras que não se encaixam no mesmo padrão. Entretanto, não basta reconhecer e questionar pressupostos universalizantes, a tomada de consciência precisa, necessariamente, construir práticas e políticas que tragam a dimensão de educação como bem público e social, emancipatória e crítico.

Na UPMS e nas TCUs é possível identificar perspectivas que advêm de outras regionalidades. São propostas que trazem possibilidades pluriversas e distintas, de universidades, internacionalizações e ciências, que se propõem a pensar e compreender a realidade, produzir e internacionalizar conhecimentos a partir de perspectivas de outros lugares, com sujeitos que habitam fronteiras. Por outro lado, é necessário, no campo acadêmico, que mais pesquisas possam aprofundar experiências invisibilizadas, com objetivo não apenas de construir pontos de redes de investigação, mas avançar na

coprodução de conhecimentos. Por fim, cabe pontuar que perspectivas de regionalidade com experiências pluriversas existem no seio da universidade moderna/colonial mesmo que invisibilizadas. O ponto de partida é nos questionarmos se estamos dispostos a visibilizá-las?

**Agradecimentos:** Este trabalho contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CPQq), Projeto Universal e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## REFERÊNCIAS

**ALCADIPANI, R.** Academia e Fábrica de Sardinhas. *Organização & Sociedade*, 18(57), 345-348. 2011. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11155>

**AZEVEDO, M. L. N. THE BOLOGNA PROCESS AND HIGHER EDUCATION IN MERCOSUR: regionalization or europeanization?** *International Journal of Lifelong Education*, 33(03), 1-18. 2014. <https://doi.org/10.1080/02601370.2014.891884>

**CASTRO-GÓMEZ, S.** Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Eds.). **EL GIRO DECOLONIAL: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** (pp. 79-91). 2007. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

**DEL VALLE, D. e Perrotta, D.** Internacionalización universtiarria y movilización política. Buenos Aires. CLACSO; IEC-CONADU. 2023.

**ESCOBAR, A.** La invención del desarrollo. Popayán. Universidad del Cauca. 2014.

\_\_\_\_\_. **SENTIPENSAR CON LA TIERRA: TRANSICIONES:** puentes transatlánticos para diseñar redes entre Sures y Nortes. *Re-visiones*, 10, 1-18. 2020. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7742075>

**GROSGOQUEL, R.** Los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI y las estructuras de conocimiento racistas/sexistas de la modernidad en la universidad occidental. *Revista Izquierdas*, 51, 1-20, 2022. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8361360>

**HUAMAN, E. A. S., Chiu, B., & Billy, B.** **INDIGENOUS INTERNATIONALIZATION:** indigenous worldviews, higher education, and tribal colleges and universities. *Education Policy Analysis Archives*, 27(101), 01-29, 2019. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4366>

**MIGNOLO, W. HISTÓRIAS LOCAIS/PROJETO GLOBAIS:** colonialidade, saberes subalternos e pensamentos liminar. São Paulo: Editora UFMG, 2003.

**MIGNOLO, W.** Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento. Sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. *Revista de Filosofía*, 74(2), 7-23, 2013. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4520938>

**MOROSINI, M. C., e Dalla Corte, M. G..** A internacionalização da educação superior. In M. Morosini (Org.), *Enciclopédia Brasileira de Educação Superior – EBES* (pp. 35-170). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

**MWANGI, C. G., LATAFAT, S., HAMMOND, S., KOMMERS, S., THOMA, H. S., BERGER, J., & BLANCO-RAMIREZ, G.** Criticality in international higher education research: a critical discourse analysis of higher education journals. *Higher Education*, 76, 1091-1107, 2018. <https://doi.org/10.1007/s10734-018-0259-9>

**QUIJANO, A.** Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), **A COLONIALIDADE DO SABER:** eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas, (pp. 116-142). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

**RUBIN-OLIVEIRA, M., e COSTA, M. L. D.** Internacionalização da educação superior at home. *Revista Internacional de Educação Superior*, 08, 1-18, 2022.

**SANTOS, M. POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

**SOUSA SANTOS, B. O FIM DO IMPÉRIO COGNITIVO:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. **DECOLONIZAR LA UNIVERSIDAD:** el desafío de la justicia cognitiva global. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

**STEIN, S. CRITICAL INTERNATIONALIZATION STUDIES AT AN IMPASSE:** making space for complexity, uncertainty, and complicity in a time of global challenges. *Studies In Higher Education*, 46(09), 1771-1784, 2019. <https://doi.org/10.1080/03075079.2019.1704722>

**TAUCHEN, G., Briceño, J. C., e BORGES, D. S.. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:** redes sociais e preocupações emergentes. *Educação*, 46(1), 1-16, 2023. <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2023.1.44654%0D>

**TORRES, C., & SCHUGURENSKY, D. THE POLITICAL ECONOMY OF HIGHER EDUCATION IN THE ERA OF NEOLIBERAL GLOBALIZATION:** Latin America in comparative perspective. *Higher Education*, 43(04), 429-455, 2002. <https://www.jstor.org/stable/3447534>

**WIELEWICKI, H. de G., e RUBIN-OLIVEIRA, M. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:** processo de Bolonha. *ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas Em Educação*, 18(67), 215-234, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000200003>.

**ZAMBIASI, F., e RUBIN-OLIVEIRA, M. DECOLONIZAR A UNIVERSIDADE:** reflexões em direção a uma universidade transcultural. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 19(60), 07-26, 2022.